



## Renan defende projeto de apoio a idoso

■ Ao pedir a aprovação da proposta de Estatuto do Idoso, Renan Calheiros disse que o Senado mostrará, com isso, estar atento à realidade e disposto a proteger a dignidade das pessoas mais velhas. Ele saudou também iniciativas como a criação de fóruns permanentes para discutir a situação do idoso no país

Página 8

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.719 - Brasília, segunda-feira, 16 de junho de 2003

## Plenário vota emendas que aumentam salário mínimo

■ Projeto de conversão de medida provisória, já aprovado, prevê R\$ 240, mas PSDB propõe R\$ 252 e PFL quer chegar a R\$ 260. Ainda estão na pauta outras duas MPs: a que trata do Fundo Garantia-Safra e a que disciplina a publicidade de fumo e álcool

Página 3

### Virgílio propõe proteção à biodiversidade

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, anunciou que apresentará projeto para assegurar a proteção da biodiversidade da Amazônia. Segundo ele, a MP que hoje regula o assunto é insuficiente.

Página 6

### Antero condena pretensão de taxar inativo

O governo faria bem se recuasse na taxação dos inativos, por questão de justiça social e porque a proposta fere os direitos humanos. A advertência foi feita pelo senador Antero Paes de Barros.

Página 5



RELATÓRIO. Campelo conversa com Paim e Mestrinho após entregar contas de FHC

### TCU entrega parecer sobre contas do governo passado

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo, entregou sexta-feira ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim, o relatório sobre as contas do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. O TCU aprovou parecer considerando as contas regulares. A documentação será agora examinada pelo Congresso Nacional.

Página 4

### Paim quer aprovar Estatuto da Igualdade

Citando dados do IBGE sobre diferença de rendimentos entre brancos, negros e pardos, o senador Paulo Paim conclamou o Congresso Nacional a aprovar, com urgência, o projeto de sua autoria que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Página 4

## Mestrinho pede investimentos em Parintins



Porto e energia são prioridades, diz Mestrinho

A construção de porto adequado para passageiros em Parintins (AM) e a solução do problema de energia elétrica que afeta a região do Baixo Amazonas foram solicitadas ao governo federal

na sexta-feira, em Plenário, pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

O senador informou que a cidade, que recebe de três a quatro transatlânticos por mês, cheios de turistas, não tem um porto de passageiros. "O Ministério dos Transportes é ausente do Amazonas", afirmou ele.

## Raupp anuncia hidrelétricas no Rio Madeira

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aplaudiu a iniciativa do governo do presidente Lula de aprovar o projeto de construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira que gerarão 7 mil megawatts de energia, garantindo suprimento energético do Norte, Nordeste e Centro Oeste a um custo bastante inferior ao de Itaipu, observou.

Ao afirmar que a obra é relevante porque assegurará a navegabilidade do Rio Madeira em toda a sua extensão, Raupp destacou que a integração da infra-estrutura de transportes entre Brasil, Bolívia e Peru viabilizará o projeto agrícola de soja nessa região.

# Agenda

## Sarney assina convênio entre TV Senado e Itamaraty

O presidente do Senado, José Sarney, assina convênio entre a TV Senado e o Itamaraty, às 12h, com a presença do ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim. Às 14h30, têm início as atividades em Plenário. Na sessão de hoje, estão previstos comunicados da Mesa e pronunciamentos dos parlamentares. Amanhã, continua a discussão das emendas apresentadas pelo PFL e pelo PSDB ao projeto de lei de conversão que aumentou o salário mínimo. *Veja mais na página 3.*



## Cota gratuita de água será discutida na CI

Para discutir projeto que altera a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica e que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia, a Comissão de Serviços de Infra-estrutura (CI),

presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), se reúne amanhã, às 14h. Os senadores também devem analisar projeto que trata da cota mensal mínima gratuita de água residencial unifamiliar.

## Defesa do contribuinte deve ser tema de audiência na CMO

Em reunião amanhã, às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve analisar relatórios e acórdãos encami-

nados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e requerimento convidando Jorge Amaral, auditor da Secretaria da Fazenda de

Pernambuco, e Marcos Mazoni, corregedor do Administrativo Tributário, para debater tributação e defesa do contribuinte.

## CAE analisa projeto sobre perdão de dívidas de agroindústrias

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), se reúne amanhã, às 10h, para discutir diversos projetos, incluindo o que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira



Ferreira; o que assegura remissão de débito previdenciário, de abril de 1994 a abril de 1997, pelas agroindústrias; o que estabelece multa em operações de importação; e o que modifica a Lei nº 8.685/93.

## Falsificação de obra de arte em debate na CE

A pedido da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), o artista plástico Siron Franco é o convidado da audiência pública prevista para amanhã, na Comissão de Educação (CE). Na audiência, às 10h, Siron Franco deve debater com os senadores sobre falsificação de obras de arte no Brasil. O senador Osmar Dias (PDT-PR) é o presidente da comissão.



## Ampliação do SUS em exame

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), se reúne para analisar, além de relatórios encaminhados pelo TCU, o projeto que trata da obrigatoriedade do atendimento odontológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A reunião tem início às 10h.

## Saúde e segurança em foco

Hipertensão e diabetes serão temas do programa exibido hoje, às 8h, pela TV Senado. Às 13h, César Borges (PFL-BA) debate com diretor do instituto "Sou da Paz" o problema do porte de armas. E às 19h30, a questão do idoso será abordada por Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o promotor de Justiça Vândir da Silva.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



MANDATOS. Projeto de Almeida Lima fixa prazo para julgamento de processos de cassação

## Almeida Lima quer agilidade no Judiciário

O senador Almeida Lima (PDT-SE) defendeu, na sexta-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que apresentou sobre o exercício da soberania popular, dando ênfase à parte em que são fixados prazos para o julgamento de processos que pretendem a cassação de mandato eletivo. Para o senador, a demora nas decisões da Justiça Eleitoral possibilita que pessoas que adquiriram o mandato de forma ilegítima, por abuso de poder econômico, por exemplo, ocupem o cargo por meio de manobras processuais eleitorais.

Almeida Lima disse estar concluindo estudo, que apresentará ao Senado, com informações colhidas em todas as instâncias da Justiça Eleitoral e que indica que ainda existem pendentes de julgamento recursos referentes às eleições municipais de 2000.

### Morosidade

O senador citou como exemplo o caso de Gararu (SE). Apesar de a juíza eleitoral ter considerado que houve abuso de poder econômico e uso da máquina administrativa na eleição do prefeito, este assumiu o mandato mediante a obtenção de liminar em ação cautelar, "dentro da normalidade processual". Mais de 50% do mandato foi cumprido e até agora o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) não julgou o caso.

– É preciso que, neste país, busquemos fórmulas para o aprimoramento das instituições democráticas, para que abusos dessa ordem o Poder Judiciário Eleitoral não venha a cometer, pois é conhecido, nos foros judiciais, que prazos existem para ser cumpridos pelas partes e pelos advogados, mas não pela Justiça – afirmou.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**PERDA.** Lúcia Vânia observa que diferença de R\$ 12 significa menos dez litros de leite ao mês

## Piso de R\$ 252 é viável, afirma Lúcia Viana

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o seu partido "fez as contas" e garante que o Brasil pode ter um salário mínimo de R\$ 252. Ela destacou que a antiga oposição (ao governo Fernando Henrique Cardoso), "que se elegeu defendendo um salário mínimo equivalente a cem dólares, votou agora contra aumento de 12 reais sugerido pelo PSDB, o que resultaria em um mínimo de 252 reais".

Segundo a senadora, o deputado Sebastião Madeira (PSDB-MA) calculou que essa diferença vai representar, na mesa dos brasileiros que vivem com um salário mínimo, o equivalente a menos cinco dúzias de ovos, ou menos dez litros de leite, ou, ainda, menos oito quilos de arroz por mês.

– E para cumprir as promessas que fez na campanha eleitoral, de dobrar o valor real do salário mínimo até o final do atual governo, esperamos que o Partido dos Trabalhadores se comprometa com reajustes significativos já na Lei Orçamentária para 2004 – ressaltou Lúcia Vânia.

## Comissão analisa indicações de embaixadores

Dois indicações diplomáticas e dois requerimentos de audiência pública estão em pauta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que se reúne amanhã, às 17h30.

As indicações em exame são de Carlos Augusto Rego Santos Neves para embaixador no Cazaquistão,

cumulativamente com a representação na Federação Russa, e de Afonso Emílio de Alencastro Massot para a República Tcheca.

A CRE deve discutir também requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) – foto – pedindo debate sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil/Estados

Unidos. Ele propõe a presença dos ministros da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; da Defesa, José Viegas Filho; e das Relações Exteriores, Celso Amorim. Outra audiência foi proposta pelo senador Tião Viana (PT-AC), sobre os resultados do I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior.



# Senado vota amanhã emendas que aumentam salário mínimo

■ PFL propõe o valor de R\$ 260 e o PSDB defende R\$ 252. Texto original estabelece R\$ 240.

O Senado deve votar amanhã as emendas do PFL e do PSDB ao projeto de conversão da medida provisória (MP) que institui o novo salário mínimo, concluindo o processo e desobstruindo a pauta de votações, que tem 23 itens esperando deliberação do Plenário. O PFL propõe um salário mínimo de R\$ 260 e o PSDB defende R\$ 252.

Os dois partidos de oposição obstruíram a votação na última quinta-feira, porque não concordaram com a decisão de que apenas o relator e os líderes encaminhassem o exame das emendas.

Além do salário mínimo, há dois outros projetos de conversão de medidas provisórias para serem votados. Um deles é o que trata do Fundo Garantia-Safra e do Benefício Garantia-Safra, para ajuda aos agricultores que sofrem com estia-



**RELATORAS.** Patrícia Saboya dá parecer sobre MP do Fundo Garantia-Safra e Fátima Cleide analisa propaganda de fumo e bebida alcoólica

gens. A relatora é a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). A proposta deve beneficiar todos os pequenos produtores rurais da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (antiga Sudene). Os benefícios só poderão ser pagos, segundo a MP, quando for declarado estado de calamidade pública no município.

O outro é o que trata das restrições ao uso e à propaganda de fumo e bebidas alcoólicas, remédios, terapias e defensivos



agrícolas, que tem como relatora a senadora Fátima Cleide (PT-RO). A MP altera a legislação que estava em vigor até o último Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1. Até 2005, a propaganda de cigarros, bebidas e outros produtos, pela nova MP, "não se aplicará no caso de eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras", o que garante a publicidade de

cigarros no GP Brasil por mais dois anos.

### Projetos

Na quarta-feira, deverão ser votados os seguintes projetos: o que muda o Programa Nacional de Desestatização, do senador Álvaro Dias (PDT-PR), com parecer contrário do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA); e o que estabelece punições para agentes públicos corruptos, seja no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou em fundações.

Para quinta-feira, estão incluídas na pauta oito propostas de emenda à Constituição (PECs). A primeira da pauta, e a única que poderá ser votada em primeiro turno, é a do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que institui novas regras para demarcação de terras indígenas, com parecer favorável do relator, Amir Lando (PMDB-RO). A segunda é a PEC do ex-senador Sérgio Machado que institui o voto facultativo, mas que terá apenas o quarto dia útil de discussão. Todas as outras serão apenas discutidas, dependendo ainda do cumprimento de prazos para votação.

## Teotonio: governo do PT demonstra incoerência

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou a posição do governo em relação ao salário mínimo, cobrando coerência dos integrantes do Executivo, que, segundo observou, sempre reivindicaram elevações reais para o piso salarial quando estavam na oposição. Ele disse que o valor atual, de R\$ 240, não é suficiente para comprar uma cesta básica, e que o valor necessário para tanto deveria ser de R\$ 294,46.

– O valor do mínimo no go-

verno petista envolveu e retrocedeu em relação ao governo tucano. Os integrantes do PT quiseram ter, durante anos, o monopólio da preocupação social, e hoje detêm apenas o monopólio da incoerência – afirmou Teotonio, lembrando que no governo Fernando Henrique o piso salarial recebeu ganhos reais médios anuais de 5% em relação à cesta básica. No último reajuste do governo passado, frisou, o salário já comprava 151% de uma cesta básica.

Para Teotonio, o presidente Lula perde autoridade moral ao participar de fóruns internacionais defendendo o combate à fome quando, no Brasil, impõe retrocesso no piso salarial.

– Garantir a segurança alimentar dos brasileiros, estabelecendo para eles pelo menos o mesmo poder de compra da cesta básica do governo passado, deveria ser o critério fundamental de um governo que elegeu o combate à fome como passaporte para a mídia nacio-

nal e internacional – cobrou.

Teotonio citou declarações feitas no passado pelo atual líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), em que garantia existirem outras formas de limitar o impacto fiscal do aumento do salário mínimo.

– O senador Mercadante continua, com absoluta certeza, com a mesma sensibilidade e a mesma preocupação social que o levaram a emitir tais opiniões, que dificilmente hoje ele terá como sustentar – avaliou.



**QUEDA.** Segundo Teotonio Vilela Filho, valor do mínimo envolveu no governo petista

## Papel das agências está em pauta



**Bornhausen deu parecer a favor do projeto**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) terá reunião ordinária nesta quarta-feira, desde que sejam votadas as medidas provisórias

que bloqueiam a pauta de votações em toda a Casa. A primeira matéria da pauta é um projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que institui o controle externo das agências reguladoras. O relator, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), tem parecer favorável.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), pediu vista do projeto na votação do último dia 23 de abril, e apresentou um parecer em separado, estabelecendo que seja consultada a Comissão de Fiscalização e Controle. Tião Viana também pediu vista, no dia 28 de maio, do projeto de lei seguinte na pauta da CCJ, o que institui o registro digital do voto, para reduzir ainda mais a possibilidade de fraudes. O projeto, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), conta com parecer favorável de Demostenes Torres (PFL-GO).

## Orçamento examinará auditorias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá se reunir na tarde de amanhã para examinar relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em obras com indícios de irregularidades.

Entre outras, o TCU recomenda aos parlamentares que retirem da lista de irregulares a construção de eclusas na hidrelétrica de Tucuruí (Pará) e de uma ponte sobre o Rio Poti, em Teresina (PI). Nos dois casos, os problemas detectados foram resolvidos e as obras já podem voltar a receber recursos do orçamento da União.

A CMO apreciará ainda projeto que abre crédito especial à Justiça Eleitoral no valor de R\$ 4 milhões, destinados à construção de cartórios eleitorais nos estados de Pernambuco, Acre e Goiás.

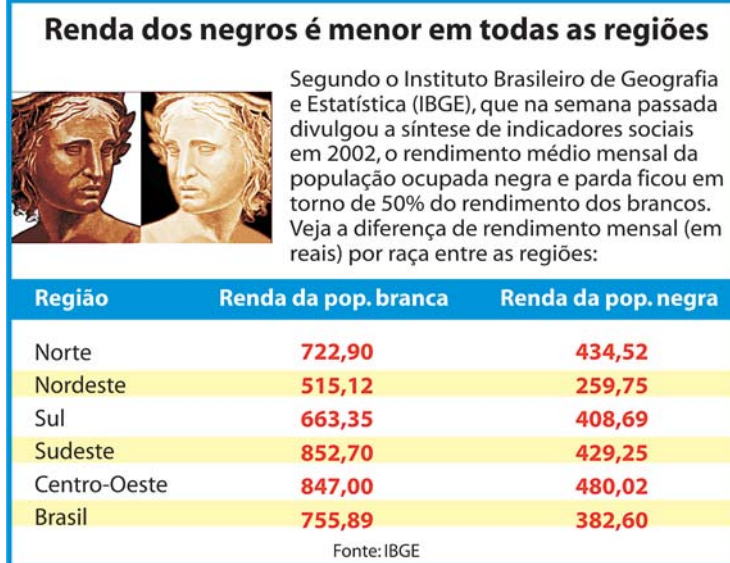
# Igualdade entre as raças é necessária, afirma Paim

**Senador cobra aprovação urgente de seu projeto que combate a disparidade racial**

O senador Paulo Paim (PT-RS) conclamou o Congresso Nacional a aprovar, com urgência, projeto de lei de sua autoria que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Segundo informou, o estatuto estabelece uma série de medidas para combater as desigualdades raciais, entre elas a que fixa a política de cotas, prega normas de distribuição de renda e trata do papel da Justiça no combate ao racismo.

Paim fez a solicitação ao se mostrar "estarecido" com a divulgação de recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as desigualdades raciais no país. De acordo com a pesquisa, negros e pardos com 12 ou mais anos de estudo ganham 70% do salário dos brancos.

O senador, que é negro, ficou mais espantado quando a pesquisa mostrou que as desigualdades se mantêm mesmo quando se iguala a escolaridade das pessoas. E informou que a maior diferença de rendimentos entre brancos, negros e pardos está na região metropolitana de Salvador (BA), en-



quanto a menor diferença se encontra na região metropolitana de Porto Alegre (RS).

Paim observou que em Salvador, apesar de os afro-brasileiros representarem 82% da força de trabalho, ganham em média R\$ 421, enquanto o rendimento mensal dos brancos é de R\$ 1.233.

Em apartes, os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediram providências do governo no combate ao preconceito racial.

### Direitos

"Uma brincadeira de mau gosto que pode ser encarada como uma provocação", foi como Paulo Paim classificou o documento do Grupo 9 da Fe-

deração das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no qual a entidade exige o fim dos principais direitos trabalhistas, entre os quais o pagamento do descanso semanal remunerado aos domingos e feriados. O Grupo 9 é formado por sindicatos patronais dos setores de máquinas, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Na proposta, entregue à Força Sindical, conforme frisou Paim, os empresários pedem também a redução do adicional noturno de 35% para 20%, suspensão temporária do contrato de trabalho, revisão dos acordos para repor a inflação e o parcelamento do pagamento de férias, inclusive o abono de um terço desse benefício.

## Programa de saúde vai ao exame da CCJ

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise prévia de constitucionalidade, projeto que



**Fátima Cleide: proposta é meritória**

permite a criação, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de um programa de prevenção de cânceres de mama e ginecológico e garante o direito a exame citopatológico do colo uterino de mulheres que tenham iniciado a vida sexual.

A relatora do projeto, Fátima Cleide (PT-RO), considerou indiscutível o mérito da proposta, mas achou por bem encaminhá-la à análise da CCJ já que, observou, compete ao Executivo deliberar sobre a criação de programas semelhantes.

Presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO), a CAS acolheu recomendação da CPI que investigou a mortalidade materna solicitando preferência para que a CAS aprecie projeto que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais.

## Secretário nega manipulação de clínicas

Durante audiência pública da Subcomissão Temporária da Saúde, realizada na noite de terça-feira, o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla, negou que tenha acusado associações de pacientes renais crônicos de estarem sendo manipuladas por clínicas de hemodiálise. Ele desafiou o presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco, José Carlos Maciel, a apresentar qualquer declaração sua nesse sentido, gravada ou escrita.

Na reunião da semana anterior, José Maciel repudiou declarações atribuídas a Jorge Solla de que doentes renais estariam sendo manipulados pelas clínicas de hemodiálise para defender o reajuste, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do valor pago pelo tratamento.

## Senado recebe contas do governo FHC

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu na sexta-feira, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, relatório sobre as contas do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, para deliberação do Congresso Nacional. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da Comissão Mista de Orçamento, que examinará a matéria e a encaminhará ao Plenário, também estava presente na audiência.

Paulo Paim explicou que o TCU considerou as contas regulares, mas a aprovação é atribuição do Congresso, e revelou ter aproveitado a ocasião para acertar com Campelo uma contribuição do tribunal ao debate sobre a reforma da Pre-



**RELATÓRIO.** Valmir Campelo entrega documento a Paim e Mestrinho

vidência. – Vou precisar muito do TCU no debate sobre a Previdência. Precisamos aprofundar a auditoria nas contas da seguridade social. O ministro, de forma muito gentil, disse que me re-

ceberá no tribunal e me indicará os auditores que trabalharão a auditoria que pedi, ainda como deputado federal, e está disposto a vir à comissão especial aqui no Senado debater o assunto – ressaltou Paim.

Célio Azevedo



**PREOCUPAÇÃO.** Renildo Santana aponta desemprego e queda na atividade industrial

## Santana cobra mudanças na economia

O senador Renildo Santana (PFL-SE) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que "reveja a direção do leme da economia brasileira e redefina suas ações para que não ocorra a maior quebra de expectativas desde a era Collor". O senador registrou sua "imensa preocupação" com a questão da produção e do emprego no Brasil, especialmente na Região Nordeste.

Com os juros nos atuais patamares, disse o senador, a produção de bens de consumo duráveis e não duráveis registrou "a impressionante" queda de 10,6%. Ressaltou que essa foi a pior queda em mais de dez anos, com o agravante de que nesse segmento estão o vestuário, os remédios e a comida.

Renildo Santana citou dados publicados na imprensa sobre as dificuldades do setor de produção, especialmente o segmento industrial, que vem sofrendo, mês após mês, com a recessão e os altos juros. – Em abril a *Folha de S. Paulo* classificou a situação como "tombo histórico", ou seja, o recuo médio de mais de 4%, com alguns segmentos registrando mais de 10% de retração de vendas.

# Antero: taxaço de inativo atinge direitos humanos

■ Ele diz que governo deveria recuar, por questão de justiça social e em respeito ao direito adquirido

O PT está correndo grande risco ao insistir na cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos, disse, em discurso no Plenário, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), para quem a taxaço proposta pelo governo fere a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Ele lembrou que, no governo passado, o mesmo partido foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar a declaração da inconstitucionalidade da taxaço.

Antero citou artigo do professor Renato Zerbini Ribeiro Leão, segundo o qual, em fevereiro último, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, responsável por fiscalizar o cumprimento da convenção,

José Cruz



**CONVENÇÃO.** Antero lembra que Peru já foi condenado por corte interamericana

condenou o Peru a indenizar cinco aposentados do país, retirando a taxaço imposta aos seus benefícios previdenciários. Ele destacou trecho em que o professor Renato Zerbini afirma que "a taxaço dos inativos, no bojo da discussão da atual reforma previdenciária, é ilegal e imoral".

– O governo faria bem se recuasse nesse ponto. Por uma

questão de justiça social e para não afrontar o direito adquirido – afirmou o senador.

Ele disse esperar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantenha sua boa atuação no plano internacional, que "orgulha a todos os brasileiros", como na defesa da paz e da criação do Estado palestino, e na posição que manteve no conflito entre os Estados Unidos e o Iraque. E acrescentou: "Gostaria que o governo brasileiro não nos submetesse a essa humilhação internacional de sermos julgados no futuro por desrespeitar os direitos humanos".

### Redução dos juros

Comentando a política monetária, o senador Antero Paes de Barros afirmou que o Banco Central tem condições técnicas e políticas para promover significativo corte na taxa de juros ainda este mês. Ele considera que, pelo atual nível do risco Brasil, que recuou para os 700 pontos, a taxa de juros já poderia estar em patamares mais baixos.

## Paim apóia pleito de lideranças de servidores

No exercício da presidência do Senado, o senador Paulo Paim (PT-RS) recebeu, sexta-feira, do Comando de Mobilização contra a Reforma da Previdência, uma carta contra a proposta do governo em tramitação no Congresso. "Entendo que o pleito é justo", afirmou Paim, prometendo que, no Legislativo, as 11 entidades que integram o comando terão todo o espaço necessário para discutir o teor da reforma.

Paim disse entender a indignação dos servidores, entre outros pontos porque a reforma proposta acaba com a paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos, não tem

regra de transição, termina com o princípio da integralidade e pune os servidores aposentados, "muitos deles há nove anos sem reajuste".

– O fundo de pensão é muito perigoso na forma como está proposto – disse o senador Paim, indagando quem pode garantir que os fundos de previdência complementar não vão quebrar depois de 30 anos, como aconteceu na França – salientou.

Paulo Paim informou ter recebido documentos de movimentos sindicais da França, Estados Unidos e Portugal, todos alertando sobre os riscos da reforma previdenciária em dis-

cussão no Brasil.

– Há enorme preocupação, e o que os servidores estão pedindo é mais do que justo e democrático. Eles querem espaço para discutir e achar outro caminho, para que se faça uma reforma previdenciária que garanta aposentadoria digna para o trabalhador da área pública e da área privada – assinalou.

Coordenador das Entidades de Servidores Federais, Vicente Neto afirmou ao senador Paim que "a proposta do governo federal foi surpreendente e a expectativa dos servidores públicos é que se freie a tramitação da reforma para que a sociedade possa discuti-la".



**ERRO DO GOVERNO.** Decisão de contingenciar inviabiliza agências, afirma José Jorge

## José Jorge critica restrição a reguladoras

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou em discurso na sexta-feira que considera um equívoco a decisão do governo federal de contingenciar as despesas das agências reguladoras. Conforme analisa, apesar de a medida ser coerente com o imperativo legal de controlar, de forma rigorosa, as despesas públicas, ela é incompatível com a necessidade da autonomia financeira das agências.

Para ele, mais grave ainda é o fato de o governo ter um discurso dúbio. Segundo o senador, ao mesmo tempo em que o Executivo manifesta-se pela valorização e preservação das agências, na prática "inviabiliza de forma irracional", pelo contingenciamento, a execução do papel constitucional dessas estruturas.

### Prejuízos

José Jorge comunicou que serão significativas as perdas que sofrerão todas as reguladoras com o corte de verbas, enumerando, especificamente os prejuízos para as agências do setor de infra-estrutura. Ele observou, ainda, que os recursos que não forem utilizados não poderão ser aproveitados em outros programas do governo. Existe impossibilidade legal em razão de as taxas oriundas do setor não poderem ter destinação diversa das competências desses órgãos.

José Cruz



**MAIOR CARGA.** Leonel Pavan teme aumento dos impostos com a mudança tributária

## Pavan alerta para queda na produção industrial do país

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse estar preocupado com notícias veiculadas pela imprensa sobre a queda na produção das indústrias brasileiras, devido às altas taxas de juros, e um possível aumento da carga de impostos, se aprovada a proposta de reforma tributária. "Todos dizem que a cul-

pa da estagnação é da taxa de juros e da reforma tributária", afirmou. Ele citou dados publicados pela imprensa segundo os quais houve queda de 4,2% na produção em abril. O segmento de bens de consumo duráveis, que responde mais rapidamente à taxa de juros, conforme matéria citada pelo senador, teve queda de 13,6% em abril deste

ano com relação ao mesmo mês do ano passado. A produção de automóveis, observou, caiu 18,2%; a de eletrodomésticos, 14,9%; e a de mobiliário, 20% no mesmo período. Os setores de confecção e calçados também sofreram redução de 24,6%, afirmou Pavan, acrescentando que apenas os segmentos exportadores de produtos agroindustriais

e de petróleo apresentaram crescimento. Ainda segundo citação feita pelo senador, a manutenção da atual taxa de juros e dos elevados custos no financiamento a empresas e consumidores atua como um freio na atividade econômica. O risco, acrescentou, é de que o país passe da estagnação a uma profunda recessão.

Célio Azevedo



**ESTÍMULO.** César Borges afirma que medida traria mais receitas e empregos para o Brasil

## Projeto amplia estada de barco estrangeiro

Proposta de autoria do senador César Borges (PFL-BA) aumenta de 180 dias para dois anos o prazo de permanência máxima de barcos estrangeiros turísticos no Brasil. A proposta aguarda decisão, em caráter terminativo, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A matéria altera dispositivo do decreto-lei sobre os serviços aduaneiros no país, de modo a desvincular o período de permanência da embarcação estrangeira do tempo de estada de turista em território nacional. Conforme o Estatuto do Estrangeiro, o visitante só pode ficar no Brasil por até 180 dias.

Na opinião do senador César Borges, o turismo náutico no país deve ser tratado de maneira diferente.

— A permanência do barco no país por mais tempo se justifica, de um lado, por ser a costa brasileira muito extensa e cheia de atrativos e, de outro, por ser a viagem náutica lenta e cheia de obstáculos, como mau tempo e difícil manutenção do barco — argumenta o senador.

Conforme o projeto, se a pessoa quiser deixar sua embarcação no Brasil, para prosseguir viagem depois, poderá fazê-lo. César Borges esclarece que o retorno do turista ao Brasil e a manutenção do barco "docado" nas marinas brasileiras gerariam mais receitas e empregos no país.

José Cruz



# Virgílio quer lei capaz de proteger a biodiversidade

■ Para senador, MP que regula acesso a recursos genéticos não defende patrimônio da Amazônia

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), informou ao Plenário ter determinado à sua assessoria a elaboração de proposta legislativa capaz de proteger com eficácia a biodiversidade da Amazônia. A seu ver, a Medida Provisória 2.186, que regula o acesso aos recursos genéticos do país e editada 16 vezes, não está atendendo às necessidades da região quanto à defesa do seu patrimônio genético.

O senador disse que sua iniciativa foi motivada por uma série de reportagens das jornalistas Dione Santana e Mariléa Amaral, de *A Crítica*, de Manaus, em defesa da modernização das leis voltadas para a pro-



**INVESTIMENTO.** Arthur Virgílio elogia a descentralização dos debates sobre o PPA

teção da biodiversidade brasileira.

As matérias, consideradas brilhantes pelo senador, apresentam "um raio X perfeito" da região e sustentam a necessidade de uma lei de peso para defender os recursos genéticos da Amazônia.

Conforme as reportagens ci-

tadas por Virgílio, a região amazônica, "detentora da maior biodiversidade do planeta", contém cerca de 200 espécies diferentes de árvores por hectare; 1,4 mil tipos de peixes e 1,3 mil de pássaros; e mais de 10 milhões de insetos.

Além disso, lembrou o senador, um quinto da água potável da Terra encontra-se na Amazônia, que conta, também, com imensa riqueza mineral, inclusive a maior concentração de nióbio do mundo, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Virgílio solicitou a inclusão das matérias nos Anais do Senado.

Arthur Virgílio elogiou a descentralização dos debates em torno do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004 a 2007. Ele salientou que as discussões tiveram início durante encontro em Manaus, no último dia 6, com a participação de 72 entidades representativas do Amazonas.

## Valmir Amaral pede ajuda do governo à SBPC

Ao constatar o declínio e a ameaça de extinção da principal entidade de defesa da pesquisa científica no Brasil, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu, da tribuna, ao governo federal que estude a adoção de medida que possa revigorar a entidade.

— Não podemos aceitar, como querem alguns, que a especialização crescente da ciência e a democratização do Brasil tenham esvaziado o papel da SBPC. Acreditamos que ela tem ainda relevante missão no desenvolvimento do país e no bem-estar do seu povo. Vamos nos empenhar na recuperação do seu prestígio e na sua reintegração ao debate dos grandes



**ESVAZIAMENTO.** Valmir Amaral adverte que entidade está ameaçada de extinção

temas nacionais.

Na avaliação de Valmir Amaral, "a SBPC poderá ser valorizada servindo ao governo como um fórum imparcial e tecnicamente competente, desvinculado de partidos e de facções ideológicas". Ele obser-

vou que a instituição poderá apresentar soluções técnicas, científicas e profissionais para problemas que afetam os destinos do Brasil.

Valmir Amaral lembrou que, na década de 70, quando o Brasil tinha menos de 3 mil acadêmicos com titulação de doutor, a entidade contava com nada menos de 10 mil associados. Hoje, com o país formando cerca de 6 mil doutores por ano, apenas 2 mil sócios estão com seus pagamentos em dia com aquela sociedade científica.

Fundada em 1948, a SBPC é uma entidade civil sem fins lucrativos voltada para o fomento da pesquisa científica e tecnológica no país, reunindo representantes das diversas áreas do setor científico.



**EMPENHO.** Romero Jucá diz que Márcio Thomaz Bastos vai agilizar demarcação

## Jucá: ministro estuda solução para reservas

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, comprometeu-se a agilizar a demarcação definitiva das reservas indígenas de Roraima, informou o senador Romero Jucá (PMDB-RR), em discurso feito na sexta-feira, em nome da liderança do seu partido. "O ministro esgotou o processo de ouvir todos os envolvidos para o governo montar uma solução que pacifique os conflitos no estado", disse Jucá sobre a visita, semana passada, do titular da pasta da Justiça ao estado.

Jucá chamou a atenção para a necessidade de se encontrar, com urgência, "uma solução que sirva de exemplo para outros estados que enfrentam problemas semelhantes", como Rondônia, Pará e Mato Grosso. Caso contrário, segundo o senador, o caminho pode ser um *apartheid* em Roraima, "o que não será bom nem para os índios nem para os não-índios".

O estado possui 42% do seu território isolado como área indígena ou reserva ambiental, conforme Jucá. Só uma delas, a Raposa Serra do Sol, ocupa 1,6 milhão de hectares, "o que corresponde a 80% da área de Sergipe", sendo parte disso na única região brasileira de cerrado que ainda não está explorada pela agricultura. A área agricultável do estado está restrita a cerca de 20% do território, se não forem contabilizadas as terras alagadas, acrescentou.

## Eduardo: Kirchner vai contribuir para fortalecer Mercosul

A posse de Néstor Kirchner na Presidência da Argentina representa, para o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), 2º vice-presidente da Casa, a esperança de retomada das negociações do Mercosul, que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Kirchner, disse o senador, encarna

"uma profunda e oportuna renovação" na política interna argentina e é portador da esperança do seu povo, que reclama a urgente reconstrução institucional, social, econômica e política do país. Eduardo afirmou que o novo presidente da nação vizinha é um homem obstinado e bem-intencionado, com condi-

ções de vislumbrar com clareza e discernimento os problemas daquele país.

O senador apontou o desemprego, que atinge 18% da população economicamente ativa, como um dos fatores que mais concorreram para o empobrecimento do povo argentino. Outra questão preocu-

pante para a nação vizinha, assinalou, é a retração da sua economia, com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) que chegou a 25% no período recessivo.

O senador considerou importante a coincidência das agendas de Kirchner e do presidente Lula no tocante ao Mercosul.

José Cruz



José Cruz

**FORTEALECIMENTO.** Luiz Otávio diz que membros devem lutar para desenvolver o Mercosul

## Luiz Otávio estranha fala de Lavagna

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) classificou de "infeliz" a declaração do ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna, de que a aproximação política entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner poderia resultar numa invasão de produtos brasileiros no mercado argentino.

Luiz Otávio entende que os países que fazem parte do Mercosul devem se esforçar para o fortalecimento do bloco comercial. Do contrário, observou, o Mercosul poderá se esvaziar. Ele disse temer que a declaração do ministro argentino, "que não passa de retaliação", possa forçar o Brasil a participar da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Luiz Otávio lembrou que no passado nenhuma autoridade do Brasil se queixou quando os argentinos inundaram o mercado brasileiro com os seus produtos, razão pela qual rechaçou as declarações de Roberto Lavagna.

### Rodovia

No mesmo discurso, Luiz Otávio aplaudiu a decisão do presidente Lula de pavimentar a rodovia ligando Cuiabá (MT) a Santarém (PA), num total de 700 quilômetros. Ele informou que isso vai facilitar o escoamento da produção regional.

Quando a obra estiver concluída, as Regiões Norte e Centro-Oeste irão aumentar a sua capacidade de exportação, gerando empregos e renda, além de baratear os custos das mercadorias – observou o senador, que também cumprimentou o presidente Lula pela liberação de R\$ 180 milhões para a conclusão das obras dasclusas de Tucuruí, no Pará. Com a finalização dessa obra, será viabilizada a hidrovía Araguaia-Tocantins, salientou.

# Viana destaca posição de Celso Furtado e política externa de Lula

■ Artigo do economista, lido pelo senador em Plenário, alerta para riscos da adesão do Brasil à Alca

O líder do PT, Tião Viana (AC), pediu sexta-feira o registro nos Anais do Senado de artigo publicado pelo economista Celso Furtado no jornal *Folha de S. Paulo*, no qual adverte que a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) como está proposta seria prejudicial para o país, e que a criatividade nessa questão pode indicar caminhos melhores. Viana elogiou Celso Furtado, a quem considera um sím-

bolo da inteligência brasileira.

No artigo, lido pelo senador em Plenário, Furtado enfatiza a responsabilidade dos cientistas e pede que os intelectuais brasileiros sejam criativos na busca de soluções.

– É uma das manifestações mais bonitas e lúcidas que se pode registrar na atualidade. Um alerta para toda a sociedade intelectual brasileira, um alerta aos gestores nacionais da nossa América Latina no que diz respeito à integração à Área de Livre Comércio das Américas – afirmou Tião Viana.

O senador disse que o presidente Lula tem conseguido "olhar para o lado", orientando seus gestos com "inteligência absoluta" ao buscar parce-

rias econômicas, culturais, comerciais e de solidariedade com outros pólos, como África do Sul, União Européia e Ásia.

Ainda de acordo com o texto lido por Viana, a globalização vem reduzindo drasticamente a ação regulatória dos Estados, o que leva à tendência persistente de desequilíbrio interno e externo. Para o economista, esse quadro cria inflação crônica e leva governos a praticarem uma política recessiva.

Conforme Tião Viana, o artigo exige reflexão.

– Temos a responsabilidade de refletir sobre um tema tão denso, como o que o professor Celso Furtado nos traz, e a responsabilidade de conduzir uma relação de mercado con-



Rosaire Pinheiro

**CRIATIVIDADE.** Conforme Viana, Lula tem conseguido "olhar para o lado" em busca de parcerias

tinental nos moldes da visão de soberania e da personalidade histórica que deve caber ao Brasil no século 21 e no terceiro milênio – concluiu.



Célio Azevedo

**INFLUÊNCIA.** Pires relatou a Paim presença brasileira em Cabo Verde

## Paim recebe presidente da República de Cabo Verde

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu na sexta-feira o presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, que veio ao Brasil para participar do fórum "Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio", realizado em Fortaleza (CE). A conversa, no Salão Nobre, foi acompanhada pelo 2º secretário do Senado, senador Alberto Silva (PMDB-PI).

Segundo Paulo Paim, o visitante enfatizou a influência brasileira na cultura de seu país, especialmente na música e na literatura, e demonstrou interesse na dinamização da política de cooperação, em especial visando ao apoio aos pequenos, médios e microempreendedores.

– Ficou clara, na conversa com o presidente Pires, a importância de fortalecermos a relação Brasil-África com todo

o continente africano, via grupos parlamentares. O grupo parlamentar Brasil-Cabo Verde já existe, e nós nos comprometemos a fortalecer ainda mais essa iniciativa da ex-deputada Ester Grossi, o que poderá incluir a visita de uma delegação brasileira a Cabo Verde – afirmou Paim.

O senador Alberto Silva destacou as possibilidades de cooperação técnica com Cabo Verde.

– Estou propondo formar uma delegação no Senado para fazer uma visita levando também experiências no setor de energia, como o biodiesel, e nossa tecnologia a esse país amigo – disse.

O presidente Pedro Pires estava acompanhado por membros de sua comitiva e pelo embaixador de Cabo Verde no Brasil, Luís Valadares Dupret.

## Raupp apóia Bustani para o Prêmio Nobel da Paz

O embaixador do Brasil no Reino Unido, José Maurício Bustani, foi indicado para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz. Ao anunciar que a candidatura foi aceita pelo Comitê Norueguês do Prêmio, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) – foto – manifestou satisfação diante do êxito obtido por uma comissão de parlamentares

que trabalhou pela indicação.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou o excelente trabalho de Bustani à frente da Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq), da qual foi exonerado no ano passado por pressão dos Estados Unidos.

– Bustani propôs que o Iraque integrasse a organização,

o que implicaria aceitar condições e fiscalização de suas armas. Também queria que a Opaq fiscalizasse o arsenal químico dos Estados Unidos, o maior do mundo. Foi o bastante para atrair a ira do governo norte-americano – relatou Pedro Simon.

Sediada em Haia (Holanda), a Opaq reúne 145 países.



José Cruz

# Renan pede aprovação de estatuto para garantir dignidade aos idosos

Projeto de Sérgio Cabral determina medidas de proteção aos maiores de 65 anos

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu a aprovação, pelo Plenário, do projeto de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), conhecido como Estatuto do Idoso. O senador deseja que a terceira idade seja equiparada em proteção à infância e adolescência, que têm seu próprio estatuto.

O projeto de Sérgio Cabral, já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que pessoas maiores de 65 anos terão prioridade na aprovação de políticas públicas, no recebimento de proteção do Estado e no



**SATISFAÇÃO.** Renan Calheiros elogia CNBB pela escolha dos idosos como tema de campanha

acesso aos serviços públicos na área de saúde. O estatuto garante ainda gratuidade de uso do transporte público, de ingresso em casas de cultura e museus públicos e assegura

desconto de 50% nos ingressos de teatro.

Renan Calheiros disse apoiar também iniciativas como criação de fóruns permanentes para discussão da situação do idoso. Para o senador, a aprovação da matéria mostra que o Senado está atento a essa realidade e decidiu colaborar e pôr em prática artigos da Constituição que descrevem os deveres sociais para com os idosos, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida. O senador externou ainda sua satisfação pelo fato de a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) haver escolhido os idosos como tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

#### Símbolo

Para Renan, os papéis interpretados pelos atores Carmen Silva e Osvaldo Louzada na no-

vela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede Globo, retratam na ficção muitos problemas enfrentados pelos idosos na vida real. "Os maus-tratos sofridos pelos personagens idosos se tornaram um símbolo e um meio de identificação para a população", afirmou o senador.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) considerou o Estatuto do Idoso um grande avanço. Para o senador, a sociedade costuma tratar melhor a criança, mas mesmo assim foi preciso criar um estatuto para defender as crianças e adolescentes.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que há muito se preocupa com o segmento e tem como bandeira política o cuidado com os idosos. Ela advertiu para o risco de caos social se medidas efetivas não forem adotadas.

## Papaléo: Amapá deve cuidar da terceira idade

Com base em dados do recenseamento realizado no Amapá pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou para a necessidade de o estado se preparar para o aumento no número de idosos na população. Segundo os dados do censo, o número de idosos, que era de 11.349 em 1991, ou 3,9% da população, em 2000 chegou a 19.443, ou 4,1% da população. No mesmo período, a população passou de 289.397 habitantes para 477.032.

Para Papaléo, esse aumento é "alvissareiro", considerando que se deve, em grande parte, ao desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, às conquistas na área médica. Ele observou, no entanto, que o estado precisa se preparar para dar à terceira idade condições de vida digna.

O senador parabenizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela sensibilidade social na escolha do tema da Campanha da Fraternidade deste ano, lançada em abril: "Vida, Dignidade e Esperança", que chama a atenção



**MOBILIZAÇÃO.** Segundo Papaléo, iniciativas exigem participação da sociedade

da sociedade para a responsabilidade com as pessoas idosas e a necessidade de combater o preconceito. Ele também destacou a novela da TV Globo, *Mulheres Apaixonadas*, que mostra os problemas vividos por um casal de idosos.

As iniciativas em favor da população idosa devem reunir a participação dos diversos setores da sociedade, defendeu Papaléo. Ele pediu urgência para o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria o Estatuto Social do Idoso e ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados.

## Patrícia cobra boa educação para crianças

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) afirmou que o investimento maciço em educação é o melhor caminho para erradicar o trabalho infantil. O governo deve investir na melhoria da qualidade do ensino para que as escolas ofereçam a todas as crianças os instrumentos necessários a que elas possam exercer melhor sua cidadania e contribuir para o desenvolvimento do país.

– Meninos e meninas que trocaram o batente por um ambiente educacional dinâmico e moderno estarão, de fato, rompendo com o círculo vicioso da pobreza. Melhorar a qualidade da educação brasileira é uma tarefa que não pode mais ser adiada.

A data de 12 de junho, escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, deve ser encarada, disse a senadora, como um momento de busca de soluções para esse problema, que afeta milhões de



Célio Azevedo

**CIDADANIA.** Patrícia diz que emprego para a família garante crianças na escola

crianças no Brasil. Ela informou que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos 5,5 milhões de meninos e meninas entre cinco e 17 anos que trabalhavam no país em 2001, mais de um milhão estavam fora da escola.

Patrícia ressaltou que, para enfrentar a questão da utilização de crianças e adolescentes como mão-de-obra barata, é necessário que o governo adote medidas capazes de gerar emprego e renda para toda a família. Disse que é imprescindível concentrar esforços em ações como a jornada ampliada, que assegura a permanência de meninos e meninas em atividades na escola durante os dois turnos.

## Aelton quer nova rodovia em Minas

Tramita na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que autoriza a criação, pelo Executivo, de uma rodovia que cruze o estado de Minas Gerais,



**Aelton Freitas pede estrada com início em Iturama**

com início na cidade de Iturama (MG), indo até o entroncamento da BR-365. A estrada será primordial para escoar a produção do Pontal do Triângulo Mineiro e para a interligação entre hidrelétricas e portos fluviais de Água Vermelha, no Rio Grande, e São Simão, no Rio Paranaíba.

Aelton diz que a estrada terá 102 quilômetros e reduzirá a distância entre São Paulo e Goiás e aliviará o trânsito na BR-365/MG e na BR-153/MG.

## Demostenes: nepotismo no TRE de Goiás

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) destacou matéria do *Jornal Opção*, de Goiânia, na qual o desembargador José Lenar explica por que foi preterido do cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

O desembargador esclareceu que, pela tradição, o mais velho dos dois indicados para o cargo assume a presidência do órgão. No entanto, Lenar foi eleito vice-presidente, embora seja mais idoso que o segundo indicado, Paulo Teles.

Segundo Lenar, os cargos foram invertidos depois que ele enviou aos membros do TRE uma carta sobre sua decisão de cumprir as deliberações do Tribunal de Contas da União para acabar com o nepotismo envolvendo parentes de juízes.



**Demostenes resalta entrevista**

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Romero Jucá e Eurípedes Camargo